

QUANDO RESTAURAR É TAMBÉM SABER TERMINAR: O FIM DA RELAÇÃO COMO RESULTADO RESTAURATIVO LEGÍTIMO

Decildo F. Lopes¹

Erica Fernanda²

Sandra e Alberto chegaram ao programa restaurativo em razão de um episódio de violência doméstica e da decisão judicial que encaminhou o caso à Justiça Restaurativa.

Alberto chegou primeiro. Por ocasião da decisão que impôs medidas protetivas, foi determinado que ele participasse de grupos reflexivos para homens autores de violência. Antes, porém, Alberto foi apresentado à Justiça Restaurativa e decidiu participar de círculos de diálogo orientados pelo enfoque restaurativo.

Como muitos que chegam ao programa em situação semelhante, Alberto pouco sabia sobre o que significava participar de um processo restaurativo. Suas preocupações iniciais estavam muito mais voltadas às consequências do processo: queria saber se a participação poderia lhe trazer algum benefício e, ao mesmo tempo, não tinha clareza se aquilo era uma escolha ou mais uma obrigação decorrente da decisão judicial. Também se sentia, em alguma medida, injustiçado, sob a impressão de que a lei protegia excessivamente as mulheres e que sua perspectiva sobre os acontecimentos não havia sido devidamente considerada.

Ao mesmo tempo, ainda que tendesse a justificar suas atitudes quando as situava no contexto em que haviam ocorrido, Alberto conseguia avaliá-las negativamente e reconhecer os efeitos que produziam sobre Sandra.

Neste ponto, é preciso fazer uma pausa na história para explicar uma decisão metodológica importante na estrutura do programa³.

¹ Decildo Ferreira Lopes é juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, doutorando em Direito pelo IDP e pesquisador visitante da Australian National University (ANU). Coordena o Núcleo de Justiça Restaurativa do TJGO desde 2020 e desenvolve pesquisas sobre Justiça Restaurativa, sistema de justiça criminal e cultura institucional prisional.

² Érica Fernanda Teixeira Santos é mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG), facilitadora e instrutora de práticas restaurativas. Servidora pública com atuação profissional dedicada exclusivamente à Justiça Restaurativa, possui experiência na aplicação de processos restaurativos em contextos de elevada complexidade, especialmente na justiça criminal, no sistema prisional e em situações de violência doméstica.

³ **Nota dos autores:** Este artigo foi escrito a duas vozes. Érica conduz os trechos relacionados à experiência de execução do programa e ao acompanhamento dos participantes. As passagens em *itálico* são conduzidas por Decildo e se concentram, sobretudo, nas escolhas relacionadas à concepção e à gestão do programa e em seu diálogo com os referenciais teóricos. A alternância entre as duas vozes foi preservada intencionalmente ao longo do texto.

A participação em processos restaurativos pressupõe voluntariedade. Mas a voluntariedade, por si só, não significa que todo caso esteja pronto para avançar para metodologias que envolvam o encontro entre vítima e ofensor. A existência de sinais de arrependimento, de disposição para assumir responsabilidades e de interesse em fazer algo diante do dano causado são elementos importantes nessa avaliação. Em alguns casos, porém, essas disposições ainda não estão suficientemente claras quando o participante chega ao programa.

Essa era a situação de Alberto. Por isso, optou-se por não avançar, naquele momento, para uma metodologia que envolvesse o encontro com Sandra. Sua adesão ao programa significou, inicialmente, participar de cinco círculos voltados à compreensão do ocorrido a partir das lentes restaurativas. A ideia era criar um espaço em que pudesse compreender melhor o que havia acontecido, seus efeitos e sua própria participação naquela história, sem antecipar que o percurso necessariamente resultaria em um encontro com Sandra.

Ao final dos cinco encontros, a escolha por esse caminho inicial se mostrou acertada.

Ao longo dos cinco encontros, a postura de Alberto foi se modificando. Ele havia chegado muito concentrado no que considerava injusto no processo e nas razões que, a seu ver, explicavam suas próprias atitudes. Aos poucos, porém, começou a olhar para o ocorrido também por outros ângulos. A questão deixou de ser apenas se havia ou não cometido o crime pelo qual estava sendo acusado ou se merecia as consequências que dele poderiam decorrer. Nas conversas, passou a identificar comportamentos seus que até então não percebia como problemáticos e a reconhecer que algumas de suas formas de agir poderiam produzir efeitos negativos sobre Sandra e sobre a relação.

Não houve um momento específico em que essa mudança pudesse ser claramente identificada. Ela foi aparecendo em pequenas alterações na maneira como Alberto participava das conversas e em alguns momentos em que algo tensionava o grupo e fazia com que seus integrantes procurassem outros caminhos para compreender aquilo que estava sendo discutido.

Nos primeiros encontros, Alberto permanecia mais calado. Participava com maior facilidade quando a fala de outro integrante encontrava alguma correspondência com aquilo que ele próprio sentia, especialmente quando alguém expressava a sensação de estar sendo injustiçado. Quando a conversa se aproximava do fato que havia motivado seu

encaminhamento, porém, tornava-se mais cauteloso. Embora reconhecesse ter cometido a violência, apresentava o episódio como um acontecimento isolado, associado ao estresse e às mudanças de humor que vivenciava naquele período, algo que considerava já superado e cujo risco de repetição dizia continuar monitorando. Evitava aprofundar a conversa sobre o que havia acontecido, como se avançar sobre o episódio pudesse assumir o sentido de uma confissão mais ampla. Mesmo quando se discutiam temas mais diretamente relacionados à violência doméstica, era comum que falasse a partir de certa distância: analisava comportamentos e suas consequências como quem examinava situações hipotéticas ou atitudes praticadas por outras pessoas.

Uma dinâmica que convidou os participantes a revisitar suas trajetórias de vida pareceu produzir uma mudança importante na dinâmica do grupo. Ao compartilharem experiências que iam além dos acontecimentos que os haviam levado até ali, surgiram histórias de infância, relações familiares, dificuldades, conquistas e escolhas feitas ao longo da vida. Apareceram também semelhanças entre trajetórias que eles desconheciam. As conversas se tornaram mais espontâneas, os participantes passaram a reagir mais às histórias uns dos outros e, nos encontros seguintes, parecia haver entre eles uma proximidade que antes não existia.

Em outro momento, o grupo discutia um fato hipotético de violência doméstica, procurando analisá-lo por uma perspectiva diferente daquela que os participantes inicialmente apresentavam. Um deles demonstrou surpresa e disse que nunca havia pensado naquilo daquela maneira. A fala era simples, mas o que aconteceu em seguida chamou a atenção. Ao admitir diante dos demais que havia algo que até então não conseguira perceber, aquele participante parecia tornar possível que os outros fizessem o mesmo. Aos poucos, a postura de resistência, marcada pela percepção de que pouco havia a aprender naquele espaço, começou a ceder lugar à curiosidade e ao reconhecimento de que aquelas conversas talvez pudessem ajudá-los. Alberto estava entre os que começaram a se envolver de maneira diferente nas discussões.

Essa nova postura pareceu se refletir, em um encontro posterior, também na maneira como o grupo olhou para os próprios relacionamentos. Até então, as companheiras ou ex-companheiras apareciam nas narrativas sobretudo associadas aos comportamentos que geravam conflitos e, muitas vezes, serviam para explicar as próprias reações. Aos poucos, passaram a ser vistas também por outro ângulo: pelas características, qualidades e experiências que, em primeiro lugar, haviam produzido aproximação, interesse e admiração. No caso de Alberto, Sandra começava a ocupar um lugar diferente na forma como ele

contava a própria história.

Com o passar dos encontros, os efeitos das conversas começaram a ultrapassar o espaço do próprio círculo. Alberto contava que continuava pensando, ao longo dos dias, sobre aquilo que havia sido discutido e que algumas dessas reflexões começavam a aparecer em sua vida cotidiana. Passou a olhar com mais atenção para o lugar que o trabalho ocupava em sua vida e para a ansiedade e o estresse que associava a ele. Falava sobre retomar atividades que havia abandonado: relaxar, divertir-se, visitar a fazenda do irmão e voltar a pescar com o pai.

Esse movimento também alcançava sua convivência com Sandra. Alberto dizia estar levando para casa algo aparentemente simples que havia experimentado nos círculos: perguntar como o outro chegava, como estava e, sobretudo, ouvir a resposta com atenção. Contava que vinha tentando fazer isso com a esposa.

A descrição desse percurso ajuda a decifrar algo que, em processos restaurativos, às vezes é percebido quase como uma espécie de “mágica” inexplicada. Pessoas chegam defensivas, pouco dispostas a falar sobre o que aconteceu e, depois de alguns encontros, passam a participar, a ouvir, a reconhecer aspectos de suas próprias condutas e, em alguns casos, a experimentar fora do círculo formas diferentes de se relacionar. Mas o que acontece entre uma coisa e outra?

Uma parte da resposta pode estar nas pequenas interações descritas acima. No início, aqueles homens estavam reunidos a partir de uma identidade que lhes era atribuída de fora: eram homens encaminhados ao programa em razão de episódios de violência doméstica. Muitos não se reconheciam como “ofensores” e chegavam ao grupo sentindo-se deslocados, injustiçados ou simplesmente obrigados a estar ali. A metodologia, porém, permitiu que progressivamente se encontrassem segundo outros parâmetros. Histórias de infância, dificuldades, relações familiares, trabalho, escolhas e experiências de vida revelaram afinidades que não dependiam do motivo que os havia levado ao programa. O reunião entre “ofensores” começava a se tornar um encontro entre pessoas que reconheciam algo de si nas histórias umas das outras.

Essas pequenas experiências de reconhecimento ajudam a compreender a formação de certa solidariedade grupal e de uma energia produzida nas próprias interações. Isso importa porque modifica as condições em que os temas mais difíceis passam a ser discutidos. Quando existe maior confiança no grupo, quando falar deixa de representar apenas exposição ou risco e quando admitir que nunca se havia pensado sobre determinada questão de uma certa maneira encontra acolhimento nos demais, torna-se

possível participar das conversas de forma menos defensiva. Não significa que as resistências desapareçam, mas que outras formas de participação passam a competir com elas.

Há ainda outro movimento importante. Interações bem-sucedidas não necessariamente terminam quando o encontro se encerra. Algumas práticas, gestos e significados construídos no grupo podem adquirir valor para os participantes e permanecer associados à experiência vivida naquele espaço. No caso de Alberto, um exemplo aparentemente pequeno é especialmente revelador: perguntar como o outro está e efetivamente escutar sua resposta deixou de ser apenas uma prática dos círculos e começou a ser experimentado na relação com Sandra.

A lógica pode ser compreendida da seguinte forma: quando determinadas formas de interação produzem pertencimento, solidariedade e energia emocional, há uma tendência a buscar novamente experiências capazes de produzir sensações semelhantes. Tornamo-nos, em alguma medida, “buscadores de energia”, procurando reproduzir interações às quais passamos a atribuir valor. Aquilo que foi experimentado no círculo pode, assim, encontrar caminhos para alcançar a vida cotidiana.

Isso evidentemente não constitui uma fórmula de transformação. A experiência grupal não elimina escolhas individuais, resistências, desigualdades ou a necessidade de responsabilização, nem permite antecipar que todos os participantes responderão da mesma maneira. Ela cria condições interacionais que podem favorecer determinados movimentos. No percurso de Alberto, porém, há indícios de que isso aconteceu: algumas formas de interação inicialmente experimentadas dentro do círculo começaram a reaparecer fora dele.

A mudança também começava a aparecer na maneira como Alberto falava sobre o episódio que o havia levado ao programa. Se inicialmente evitava entrar diretamente no fato, passou a falar sobre sua própria participação no que havia acontecido. Recordava que, naquele dia, havia “perdido a cabeça”, tentado impedir Sandra e a empurrado. Dizia sentir vergonha do que havia feito e reconhecer que deveria ter agido de outra maneira. Também dizia estar mais atento aos momentos em que uma interação começava a tomar o caminho que poderia conduzir a gritos e confrontos e que, ao perceber esse movimento, já conseguia fazer uma escolha diferente: afastar-se e não continuar a discussão.

Alberto também começava a reconhecer que o episódio não havia terminado para Sandra quando a violência cessou. Percebia que ela ainda guardava mágoas, que tinha dificuldade em perdoá-lo e que, em sua avaliação, ainda não o havia perdoado

completamente.

Ao final dos cinco encontros, era o próprio Alberto quem descrevia a mudança em termos bastante enfáticos. “Entrei um homem e saio outro”, dizia. Em outro momento, afirmou ter mudado “radicalmente” sua vida e sua maneira de pensar. A avaliação vinha acompanhada de mudanças que ele já conseguia identificar em sua rotina e de outras que ainda apareciam como intenção. Falava em retomar hábitos que lhe faziam bem, cuidar de si e, principalmente, mudar o “jeito de levar” uma vida que percebia excessivamente consumida pelo trabalho.

A partir daí, suas falas começaram a se voltar também para o que poderia fazer diante dessa realidade. Alberto não falava apenas sobre agir de maneira diferente no futuro. Começava a considerar o que poderia fazer em relação a Sandra e aos efeitos que reconhecia que ainda permaneciam. Nesse contexto, passou a considerar a possibilidade de que ela também participasse do programa e acreditava que Sandra aceitaria esse convite.

A Justiça Restaurativa definitivamente não se apresenta como solução para todos os casos. Muitas vezes, as pessoas decidem não aderir. Mas o percurso de Alberto ajuda a compreender o que pode acontecer quando há adesão e o processo consegue criar condições para que o participante passe a olhar de outra maneira para o dano e para sua própria participação nele.

Ao final dos encontros, Alberto compreendia melhor o dano causado, sua amplitude e suas consequências. Mais do que isso, começava a reconhecer sua própria responsabilidade pelo que havia acontecido. E essa responsabilidade já não aparecia restrita ao instante em que, segundo suas palavras, havia “perdido a cabeça”. Seu olhar começava a alcançar também circunstâncias anteriores, escolhas e formas de interação que contribuíram para que aquela situação se produzisse.

Mais importante, essa compreensão não lhe foi proposta ou apresentada como a maneira correta de interpretar o que havia acontecido. Os encontros criaram condições para que outras perspectivas pudessem entrar na conversa e para que Alberto construísse uma compreensão dos acontecimentos que fizesse sentido para ele próprio.

Há uma diferença potencialmente relevante entre fazer algo porque alguém afirma que é o correto e fazê-lo porque a própria compreensão do que aconteceu conduz nessa direção. No segundo caso, a responsabilidade deixa de aparecer apenas como uma exigência externa e pode começar a orientar escolhas próprias.

E, como ocorre em um processo restaurativo bem-sucedido, perceber o dano, compreender suas consequências e reconhecer a própria responsabilidade por ele conduz também à questão sobre o que fazer a respeito. Nos casos em que há uma vítima direta, pode surgir, então, a possibilidade de sua inclusão no processo.

Mas isso não deve ocorrer a qualquer custo. A inclusão da vítima exige que as circunstâncias concretas do caso indiquem a viabilidade desse avanço, com atenção especial aos riscos de novos danos e de revitimização. Não basta, portanto, que o ofensor deseje sua participação ou que a metodologia preveja essa possibilidade. É preciso que sua inclusão se justifique pela existência de condições para que o processo possa responder às necessidades surgidas em decorrência da ofensa.

No caso de Alberto, a postura que passou a apresentar ao final dos cinco encontros indicava que havia elementos para considerar esse avanço. Ele reconhecia sua responsabilidade, percebia as consequências do ocorrido para Sandra e demonstrava disposição para agir de maneira diferente.

Foi nesse momento que Sandra foi convidada a participar do programa.

Ao falar sobre o período que antecedeu o episódio que deu origem ao processo, Sandra contou que ainda namorava Alberto quando tudo aconteceu e que, depois do episódio, haviam terminado a relação. Algum tempo depois, decidiram reatar e constituir uma família. A reconciliação, segundo relatava, veio acompanhada de promessas de mudança que, para ela, não haviam se concretizado como esperava.

Quando reatou com Alberto, Sandra ainda tinha independência financeira. Com o tempo, porém, deixou o emprego em razão dos ciúmes e das constantes implicâncias de Alberto e passou a não dispor de tempo nem de recursos para cuidar de si. Descrevia uma convivência marcada pela tensão, em que permanecia atenta às alterações de humor dele e às explosões que, segundo relatava, podiam surgir por pequenas coisas. Dizia ter aprendido a se calar para evitar novas brigas. Naquele momento, não sabia como sair da relação.

Quanto à situação vivenciada ao tempo de sua inclusão no programa, Sandra reconhecia que a relação havia mudado em alguns aspectos. Não relatava novos episódios de violência física e percebia mudanças em Alberto. Mas, para a surpresa das facilitadoras, ainda havia aspectos importantes daquela relação que permaneciam sem resposta. Em sua fala, surgiam necessidades relacionadas à autonomia, à segurança, à independência financeira e à possibilidade de ocupar seu próprio espaço dentro da relação.

Percebeu-se, então, que os encontros realizados com Alberto não haviam permitido compreender a relação entre ele e Sandra em toda a sua complexidade. Havia aspectos importantes daquela convivência que não tinham aparecido em suas falas e que só poderiam emergir a partir da perspectiva de Sandra.

Ao longo dos encontros, Sandra foi incentivada a dar pequenos passos em direção à recuperação de sua autonomia, como comprar os esmaltes que queria, tomar um açaí sozinha e voltar à academia. Eram ações simples, relacionadas a coisas que ela própria relatava sentir falta. A cada encontro, novos desafios eram propostos, com reflexões, conteúdos em vídeo e atividades a serem realizadas ao longo das semanas.

Assim como havia ocorrido com Alberto, o objetivo dos encontros com Sandra não era conduzi-la a uma conclusão previamente definida. O trabalho buscava criar condições para que ela pudesse olhar para a situação por outros ângulos, dar nome ao que sentia e às necessidades que começava a reconhecer e, a partir daí, avaliar com maior clareza as possibilidades que tinha diante de si. A decisão sobre os próximos passos era sempre dela.

Um dos grandes mitos sobre a Justiça Restaurativa diz respeito à ideia de que sua finalidade seria sempre colocar frente a frente vítimas e ofensores. A trajetória de Sandra ajuda a demonstrar algo diferente. Processos restaurativos não são conduzidos com o objetivo de preparar as pessoas para que, ao final, estejam em condições de se encontrar. O que se busca é criar condições para que danos, sentimentos e necessidades possam ser identificados e compreendidos e, a partir deles, construir caminhos possíveis. Se entre essas necessidades estiver o encontro com a outra pessoa, e houver condições para que ele aconteça com segurança, o encontro poderá fazer parte do processo. Se não estiver, o percurso restaurativo não é, por isso, menos completo.

Também não se trata apenas de conversar com Sandra, oferecer suporte ou realizar eventuais encaminhamentos. O processo busca proporcionar a quem sofreu o dano uma experiência diferente com o sistema de justiça. Parte da proposta restaurativa está justamente nessa experiência: permitir que a vítima ocupe uma posição de protagonismo, em um processo no qual suas necessidades ajudam a definir o que será discutido e quais respostas poderão ser construídas. A lógica é distinta daquela que predomina no sistema de justiça criminal, em que a violação da norma e a responsabilização do ofensor orientam as atividades e acabam também por definir o lugar reservado à vítima.

O caso de Sandra ajuda a compreender a importância desse aspecto. Somente quando sua perspectiva ganhou espaço e suas necessidades passaram a orientar o processo foi possível acessar dimensões da relação que não haviam emergido

anteriormente. Daí podem ser extraídos pelo menos dois aprendizados.

O primeiro diz respeito aos limites da forma como tradicionalmente nos relacionamos com a vítima no sistema de justiça criminal. Quando o contato institucional é orientado principalmente por perguntas destinadas a saber se houve crime, obter informações ou produzir elementos para a acusação ou defesa, aquilo que se conhece sobre a experiência da vítima também acaba condicionado por esses objetivos. Perguntamos sobre o que o sistema precisa saber. Isso não significa, necessariamente, conhecer aquilo de que a vítima precisa.

O segundo aprendizado alcança os próprios programas restaurativos. É perfeitamente possível desenvolver intervenções dirigidas exclusivamente aos ofensores, e o percurso de Alberto mostra que elas podem produzir resultados importantes. Mas esses resultados carregam uma limitação que a entrada de Sandra tornou particularmente visível: a perspectiva do ofensor, ainda que profundamente transformada, não permite conhecer integralmente as necessidades de quem sofreu o dano. A ausência da vítima estabelece, portanto, um limite para aquilo que o processo pode alcançar e, conseqüentemente, para as respostas que pode construir.

Essa constatação abre uma questão que merece ser explorada em outro momento. Nos casos em que a vítima direta não queira ou não possa participar, talvez seja possível pensar em formas de incorporar ao processo uma perspectiva representativa da experiência de vitimização, inclusive por meio da participação de outras vítimas que, em condições adequadas e sem substituir a voz da vítima direta, possam contribuir para ampliar a compreensão dos danos e de suas conseqüências. É uma possibilidade que não será desenvolvida aqui, mas que a experiência de Sandra nos leva a considerar.

Ao longo dos encontros individuais, Sandra foi se fortalecendo e retomando o contato com aspectos de si mesma que pareciam ter ficado para trás durante a relação. Aos poucos, também foi adquirindo maior clareza sobre o que desejava. **Para ela, os passos que vinha dando não apontavam para a reconstrução do relacionamento, mas para o seu encerramento.**

Essa conclusão não significava deixar de reconhecer as mudanças que percebia em Alberto. Sandra relatava que ele havia passado a adotar atitudes que antes não faziam parte da relação. Havia lhe dado um carro, possibilitado que voltasse à academia e começado a remunerá-la semanalmente pelo trabalho que realizava na empresa da família. Ela reconhecia essas mudanças como positivas. Ainda assim, percebia que elas não respondiam ao que precisava para permanecer naquela relação.

Diante da decisão de Sandra, foi oferecida a possibilidade de um encontro com Alberto, com a finalidade de facilitar o diálogo sobre o encerramento da relação. Sandra concordou. Os encontros individuais seguintes passaram, então, a preparar as condições para que essa conversa pudesse acontecer da forma mais segura e construtiva possível.

No dia que antecedia o encontro, todavia, algo mudou. Sandra sentiu-se segura para não esperar pela conversa facilitada e decidiu falar diretamente com Alberto. Aquilo que seria ocorreria com o apoio das facilitadoras, Sandra sentiu-se capaz de fazer por si mesma.

No dia seguinte, contou que havia conseguido dizer o que sentia, expressar aquilo de que precisava e comunicar sua decisão. Descreveu, também, uma reação diferente de Alberto. Ele se emocionou, disse que o fim não era o que desejava, mas acolheu sua decisão. Não houve gritos ou confronto. Os dois falaram sobre o que sentiam, choraram e conseguiram conversar sobre o futuro da família. Sandra descreveu aquele momento como uma conversa tranquila e natural.

Sandra fez esse relato de forma muito serena e revelando muita satisfação. Não apenas com o término da relação, mas com a forma como a conversa havia acontecido e com a reação de Alberto. Mesmo depois de encerrado seu atendimento, voltou a procurar as facilitadoras algumas vezes para agradecer e contar como aquela experiência havia sido importante para ela.

Ainda assim, para a equipe, permaneceu inicialmente uma sensação de que algo havia ficado faltando. Não houve um encontro formal entre vítima e ofensor, um acordo escrito construído a partir dele ou um resultado que pudesse ser encaminhado ao juiz, valorado no processo e registrado entre os casos exitosos do programa. Depois de tanto trabalho, parecia faltar justamente aquilo que, no ambiente do sistema de justiça, estamos acostumados a reconhecer como o produto de uma intervenção exitosa.

Felizmente, essa inquietação foi levada às reuniões posteriores de avaliação do caso. E foi justamente ao discuti-la que se tornou mais claro que o processo havia sido, sim, exitoso e que esse resultado estava diretamente relacionado à intervenção restaurativa. O que escapava ao habitual não era a existência de um resultado, mas a possibilidade de controlá-lo, formalizá-lo e traduzi-lo segundo os parâmetros com os quais o modelo tradicional de justiça costuma reconhecer e medir seus próprios resultados.

O programa havia alcançado justamente aquilo a que se propunha desde o início: proporcionar uma experiência diferente de justiça, fundada, entre outros aspectos, no protagonismo das pessoas envolvidas, na identificação dos danos e das necessidades

deles decorrentes e na construção de caminhos capazes de responder a essas necessidades e reduzir a possibilidade de novos danos.

Não houve o encontro conduzido pelas facilitadoras, não houve acordo escrito e o caminho construído levou ao fim da relação. Mas Sandra conseguiu dizer o que precisava, Alberto conseguiu ouvi-la e ambos encontraram uma forma de seguir adiante sem que a equipe precisasse decidir por eles como aquela história deveria terminar. A conclusão, então, foi inevitável: aquele resultado era mais restaurativo do que a própria expectativa inicial da equipe.

O caso também ajuda a compreender a importância da gestão das práticas restaurativas quando elas são desenvolvidas dentro do sistema formal de justiça. Há algum tempo temos defendido que o desafio não está apenas em preservar os valores restaurativos diante do risco de sua colonização pelas lógicas e pelos procedimentos do modelo tradicional. É preciso criar condições para um movimento inverso: permitir que uma forma diferente de compreender e produzir justiça possa, gradativamente, impactar o próprio sistema no qual foi inserida.

O que aconteceu com as facilitadoras ao final desse processo é uma boa expressão desse desafio. Não basta que servidores do sistema de justiça se tornem facilitadores e aprendam a executar práticas restaurativas. É preciso também aprender a reconhecer valor em resultados construídos segundo uma lógica diferente daquela com a qual o sistema de justiça tradicionalmente opera. Um resultado pode não assumir a forma de um acordo escrito, não ser produzido em um encontro formal e até escapar às categorias pelas quais estamos habituados a registrar e contabilizar o êxito de uma intervenção. Ainda assim, pode representar exatamente aquilo que uma prática restaurativa buscava produzir.

O próximo passo talvez seja ainda mais desafiador: ampliar essa capacidade para aqueles que, no sistema formal, detêm poder sobre o destino da ação penal. Se resultados restaurativos podem assumir formas como a que Sandra e Alberto construíram, será necessário desenvolver também competências para reconhecê-los, atribuir-lhes significado e compreender de que maneira podem repercutir no processo criminal.

Mas isso fica para outra conversa.